

## Parte 2 - Percursos investigativos

Romarias, marchas e tecnologias: as mediações e a midiatização da questão agrária contemporânea

Joel Felipe Guindani  
Valdir Jose Morigi

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GUINDANI, JF., and MORIGI, VJ. Romarias, marchas e tecnologias: as mediações e a midiatização da questão agrária contemporânea. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., and JACKS, N., orgs. *Mediação & midiatização* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 193-218. ISBN 978-85-232-1205-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# **PARTE II**

---

**PERCursos INVESTIGATIVOS**



# **Romarias, marchas e tecnologias**

## as mediações e a midiatização da questão agrária contemporânea

*JOEL FELIPE GUINDANI*  
*VALDIR JOSE MORIGI*

---

### INTRODUÇÃO

Analisar e problematizar os processos de mediação e midiatização são pré-requisitos para a compreensão da questão agrária contemporânea. No entanto, a obviedade da expansão das tecnologias de comunicação e sua apropriação possibilitam novas manifestações comunicacionais da cultura atual e reclamam por uma reflexão mais relacional e contextual do que as abordagens tradicionais e fragmentárias. Embora a tendência de algumas teorizações ou mesmo pesquisas em Comunicação seja pautada por reduções ou diferenciações dos acontecimentos sociais, este artigo objetiva refletir sobre a questão agrária a partir de aportes teóricos de diversos autores, os quais pensam a mediação e a “midiatização social” de uma perspectiva complexa e multidisciplinar.

Partimos do pressuposto que, independente da oposição entre os dois conceitos – mediação ou midiatização – ou da transversalidade entre eles, faz-se necessária uma reflexão crítica que possibilite a compreensão das vozes dos sujeitos e de suas práticas comunicacionais, as quais demonstram o modo complexo e processual das práticas comunicacionais e midiáticas

contemporâneas. Ou seja, a complexidade é evocada para relativizar o viés tecnicista, como aquelas abordagens que desconsideram as relações dos sujeitos com as tecnologias comunicacionais e sua afetação na experiência humana. Apropriamo-nos da noção mediação – como algo capaz de afetar de algum modo a forma como representamos o mundo – e da mediação social não apenas enquanto ação social resultante do contato com alguma tecnologia, mas como uma ambiência comunicacional produtora de sentido, que estimula, provoca e, em alguns momentos, impõe o ritmo das ações coletivas dos que lutam pela questão agrária.

Este artigo, antes de ser, unicamente, uma observação, defesa ou crítica do determinismo midiático (tecnológico) sobre a totalidade das ações sociais, procura refletir sobre os entrelaçamentos midiáticos e comunicacionais a partir das vozes dos sujeitos, os quais nos desvendam que o fenômeno mediação/midiatização é um processo amplo, permeado por disputas ideológicas, que alteram referências históricas até então tradicionais e estáveis, mas que também potencializam experiências de visibilidade aos projetos políticos e ideológicos. Nesse contexto, de centralidade dos processos comunicacionais e midiáticos, buscamos: refletir sobre as estratégias comunicacionais e midiáticas utilizadas historicamente por lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a necessidade de discussão, de visibilidade ou de agendamento da questão agrária a partir dos depoimentos de lideranças nacionais e de agricultores assentados. Além disso, refletimos sobre como os processos de mediação e de midiatização social constituem ou afetam as novas formas de mobilização coletiva do MST em torno da questão agrária.

Os depoimentos que serviram de base para esta reflexão são resultados de uma pesquisa participante<sup>1</sup> realizada durante o primeiro e início

---

1 A pesquisa participante, segundo Peruzzo (2004, p. 12), requer: “[...] a presença constante do observador no ambiente investigado, para que ele possa ‘ver as coisas de dentro’; o compartilhamento, pelo investigador, das atividades do grupo ou do contexto que está sendo estudado de modo consistente e sistematizado – ou seja, ele se envolve nas atividades [...]; além de compartilhar interesses e fatos; a necessidade de o pesquisador ‘assumir o papel do outro’ para poder atingir o sentido de suas ações”.

do segundo semestre de 2011 em assentamentos rurais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O material coletado – a partir de entrevistas abertas com quatro agricultores assentados e cinco lideranças nacionais do MST – possibilitou analisar como os processos de mediação e de mediação social inserem-se conjuntamente na produção e apropriações de informações e de outras práticas comunicacionais. De acordo com os militantes, tais processos são cruciais para a formação da opinião, da participação e da deliberação política, sobretudo, nos enfrentamentos e debates políticos sobre a questão agrária contemporânea.

### MEDIAÇÃO E MEDIATEZACÃO SOCIAL: SENTIDOS EM DISPUTA E EM CONSTRUÇÃO

São íntimas as relações entre mediação e mediação. Na perspectiva apontada por D'Avila (2001), a mediação é um momento de construção de significados que se realiza a partir das interações sociais que se estabelecem no interior de um contexto sócio-histórico e cultural. Este serve de pano de fundo para o estabelecimento das tramas multifacetadas entre a cultura e a comunicação. Conforme salienta Marcondes Filho (1997, p. 266): “[...] toda a relação do homem com seu mundo se dá por mediação, ocorra ela no plano abstrato-intelectivo ou material concreto dos instrumentos criados [...], veículo, através do qual o homem se vincula ao mundo, apropriando-o ou manipulando-o.” Como lembra D'Avila (2001, p. 45): “[...] mediar não significa tão somente efetuar uma passagem, mas intervir no outro pólo, transformando o sentido da intervenção sob inúmeras formas, desde as modalidades mais amplas – como a mediação sociopolítica.” Por esse caminho, a mediação social pode ser entendida como uma modalidade de mediação social, singularizada pela centralidade tecnológica das práticas e mobilizações sociais.

Aproximando-se desta perspectiva, o conceito de mediação é compreendido e delimitado por muitos investigadores como o resultado da generalizada presença e uso de tecnologias na sociedade (SCOTT, 2005)

ou como o fenômeno da autonomização do campo das mídias. (RODRIGUES, 1999) Em outras abordagens, o fenômeno da midiatização “[...] responsabiliza-se cada vez mais por todas as mediações sociais; é ela (a mídia) que regula a relação indivíduo com o mundo e com seus pares”. (PAIVA, 2005, p. 16) Entretanto, adotar a mídia como a única referência ou mediação para as diversas ações sociais poderá simplificar a perspectiva aqui defendida: a midiatização social configura um novo ethos em processo complexo de midiatização, que se caracteriza pela articulação dos meios de comunicação e informação com as demais instâncias mediadoras da vida social. Ou seja, este fenômeno é parte de uma atmosfera afetiva mais ampla (emoções, sentimentos, atitudes) em que se movimenta uma determinada construção social. (SODRE, 2006) Conforme o autor, o conceito do bios midiático: “[...] é a configuração comunicativa da virtualização generalizada da existência, [...] capaz de afetar as percepções e as representações correntes da vida social, inclusive de neutralizar as tensões do vínculo comunitário”. (SODRÉ, 2007, p. 21)

Portanto, condicionar a noção de midiatização social à exclusividade tecnológica, parece-nos arriscado, pois haveria nesta visada uma demasiada relativização das diversas mediações decorrentes da própria criatividade humana, em seus distintos momentos, além de desconsiderar outras práticas sociais e formas históricas de mobilização igualmente importantes. (FESTA, 1986)

Assim, apresentamos e problematizamos a midiatização social como um fenômeno, tanto epistemológico, quanto social, em formação; (BRAGA, 2006) que se encontra entranhado com as demais práticas comunicacionais não apenas midiáticas e como um conceito “[...] em meio aos resquícios dos conhecimentos fundadores das teorias de comunicação e naqueles que não estão reunidos nas fronteiras clássicas destes estudos”. (FAUSTO NETO, 2006, p. 1) Esses autores abordam a problemática da midiatização como uma esfera mais complexa, processual e resultante das negociações entre tecnologias e outras formas de práticas sociocomunica-

cionais. Discordando de uma posição tecnocentrista, Fausto Neto (2008) afirma que as afetações da midiatização são distintas e se mesclam com outras práticas sociais.

Para Eliseo Verón (1997, p. 9), a midiatização opera sob múltiplas lógicas, não podendo ser identificada uniformemente ou de modo isolado no mundo das ações e práticas institucionais, tecnológicas ou individuais. Segundo este autor, a midiatização se efetiva a partir de “[...] diversos mecanismos, segundo os setores da prática social, produzindo distintas consequências”. Essa questão, para Pedro Gilberto Gomes (2008), conduz-nos a um inevitável e irreversível processo de midiatização das práticas institucionais e sociais, o que tem nos impulsionado para uma ambiência, ou para um novo modo de ser e de atuar politicamente no mundo. (GOMES, 2006)

Jesús Martín-Barbero (2005), mesmo não empregando o conceito em discussão, atribui às técnicas comunicacionais a capacidade de gerar sentido social e uma função mais ativa e não apenas representacional ou mediadora dos demais campos sociais. Também nos alerta sobre a necessidade de romper com a concepção puramente instrumental e passiva das técnicas de comunicação. A apropriação tecnológica, como os sentidos decorrentes dessa apropriação, constitui novas fontes de conhecimento para a construção da realidade, a qual passa a reconfigurar as identidades culturais, as relações locais, como o próprio modo de reivindicar dos sujeitos e coletivos sociais.

Como um conceito complexo e fenomenologicamente em construção, o processo de midiatização social não pode ser apenas compreendido a partir da incidência irrestrita de tecnologias de informação e comunicação. Quer dizer, a midiatização social

[...] fundamenta-se em relações interdependentes – e ecológicas – entre tecnologias, as novas formas de conhecimento científico, os saberes tradicionais da cultura, as formações imaginárias do mundo da vida, e a apropriação e reconstrução subjetiva que realizam os indivíduos e as comunidades nas suas práticas cotidianas. (VIZER, 2008, p. 33)



Destacamos que as propriedades atuantes da midiaticização, como também a problemática decorrente de sua afetação, como lembra Bourdieu (1998, p. 138), são “[...] princípios de construção do espaço social, constituída e estruturante de diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos campos em observação”. Nessa concepção, a midiaticização social relaciona-se com a diversidade de apropriações e ressignificações realizadas pelos sujeitos, na disputa ou na complementação com outras mediações históricas, as quais, segundo Martín-Barbero (2003), são fundamentais para a compreensão de qualquer natureza comunicativa. Nesse caso, a prática comunicacional e midiática é encarada como um processo cultural mais amplo e produtor de significações, e não apenas como um mero espaço onde circulam informações e sentidos midiaticamente determinados, “[...] no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor”. (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 299) A circulação de sentido resulta, assim, de um fluxo recursivo entre os processos de mediação e de midiaticização social, que reconfigura e orienta os espaços de consumo e de apropriação comunicacional, sejam eles midiáticos ou não.

Tal fenômeno, para Manuel Castells (2009, p. 51, tradução nossa), faz da disputa pelo poder, ou das diversas possibilidades de encontros sociais, uma prática pleiteada cada vez mais no espaço comunicacional:

O atual processo de globalização tem sua origem em fatores econômicos, políticos e culturais, no entanto, as forças que impulsionaram a globalização só puderam se desencadear por que tinham a sua disposição a capacidade de conexão em rede global que proporcionam as tecnologias digitais de comunicação e os sistemas de informação.

Quer dizer, para Castells (2009), o poder tem uma base cada vez mais comunicacional, estabelecendo, assim, uma circularidade dos demais campos sociais. No entanto, o autor não delega ao campo da comunicação midiática todo o poder sobre o rumo e o desfecho dos fatos. Há centralidade

comunicacional, mas não obrigação sistêmica ou hierárquica dos fatos sociais em relação às tecnologias de informação e comunicação. Pois, a relação poder-comunicação também “[...] pressupõe um modo de vida político que tem por fundamento a discussão pública” (ESTEVES, 2003, p. 123), a qual é protagonizada na “[...] progressiva intersecção com formas de vida tradicionais”. (SODRÉ, 2002, p. 238)

Assim, não apenas enquanto ação midiática ou tecnológica, os processos comunicacionais estabelecem uma relação íntima com o funcionamento da questão agrária ou, em outras palavras, cria-se um novo ambiente-rede que potencializa a capacidade das pessoas de ocupar, resistir, produzir e de exercer a cidadania. Como aponta Vizer (2008), nessa realidade sociocomunicacional a reprodução social, política e econômica também se dinamizam a partir dos enfrentamentos políticos, que se travam no espaço público, cada vez mais constituído pela lógica da ação programada – como as marchas e romarias – e da visibilidade midiática.

Adiante, daremos centralidade à reflexão sobre os processos de midiatização social – na relação com as demais ações sociais e problematizada a partir das práticas comunicativas expressas – através do discurso político de algumas lideranças do MST; na circulação da informação e na capacidade de visibilidade, de debate (interpessoal e comunitário) e de mobilização que esses espaços podem gerar ou possibilitar. É nesse caminho que o presente artigo problematiza a questão agrária articulada ou associada aos processos mediação e de midiatização social, sejam eles midiáticos, interpessoais ou comunitários, conflituosos ou cooperativos.

#### A MIDIATIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA CIRCULAÇÃO INFORMACIONAL E DAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DO MST

Reconhecemos a luta histórica pela terra no Brasil como um processo complexo, marcado por uma série de tensões, de conflitos e de enfrentamentos. Neste contexto, o MST figura como o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina

(CARTER, 2010), tornando-se assim um indispensável ator social a ser investigado para sabermos como são produzidas e apropriadas as estratégias midiáticas e comunicacionais por suas lideranças, nas suas ações políticas e outras atividades que mobilizam o grupo na causa da questão agrária contemporânea.<sup>2</sup>

A contenda agrária é milenar e de modo sintético condiz com um

[...] amplo, imediato e drástico movimento de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo governo, com a participação dos camponeses, objetivando sua promoção humana, social, econômica e política.<sup>3</sup> (SILVA, 1971, p. 37)

A reforma agrária reagrupa trabalhadores do campo e da cidade, na perspectiva de transformações sociais, sobretudo no enfrentamento com as novas reconfigurações do capitalismo neoliberal e, mesmo se apresentando como um problema exclusivamente econômico e político, incorpora e se atualiza a partir das novas relações, estruturas e cenários de poder, conforme o seu contexto ou a sua época.<sup>4</sup> Para Görgen (2004) a questão agrária do século XXI não significa apenas a distribuição de terra e a produção econômica sobre ela. Da mesma forma, a sua compreensão não pode desconsiderar as diferentes áreas de estruturação, de ação e de reprodução social, como as da educação, da saúde, da política e a da cultura, dentre outras. Para tanto: “[...] existem diversas formas para analisar e estudar a questão agrária, no geral e, no Brasil, em particular”. (STÉDILE, 2005, p. 9)

2 O MST não possui uma data ou momento específico que defina sua origem. Para Stédile e Fernandes (1999), a origem do MST é resultante de vários locais e a sua história é composta pela soma de um conjunto de acontecimentos e fatores desenvolvidos a partir de 1978, especialmente após a expulsão dos colonos que viviam na reserva indígena dos Kaingang, no município de Nonoai, norte gaúcho.

3 Sobre a questão agrária, ver mais em Stédile (2005).

4 Estudos atualizados sobre a questão são realizados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mais informações em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/index.php>. Acesso em: 03 out. 2011.

A partir dessas considerações, a sociedade brasileira, constituída por diversos embates agrários, sejam eles de classe, étnicos e raciais (FREYRE, 2006), tem uma marca singular: a ocupação do espaço público por atores cada vez mais diversos, que reivindicam – através de inúmeras práticas contestatórias – direitos plurais, os quais impõem variadas demandas ao Estado e ao mercado.

No caso investigado, percebe-se, ainda, que os encontros pela reforma agrária se efetivam como uma ação coletiva de atores heterogêneos, oriundos de diversos processos de exclusão social, composta por peões, meeiros assalariados, pequenos agricultores expropriados por grileiros e por grandes proprietários, ribeirinhos expulsos por hidrelétricas e agricultores atingidos por barragens, jovens desempregados ou idosos eliminados do sistema fabril, dentre outros. Assim, a luta pela reforma agrária se configura como “[...] um sistema multipolar de ação que combina diferentes orientações, envolve múltiplos atores que negociam e renegociam constantemente a sua ação”. (MELUCCI, 1989, p. 40) São sujeitos que, mesmo lutando por uma causa comum – a reforma agrária –, articulam saberes enraizados nas práticas culturais que mobilizam a rede de socialidade a partir da qual a ação comunicativa e midiática cada vez mais orienta e afeta o conjunto de valores e significados que compõe e estruturam o campo simbólico.

Neste campo de disputas e negociações simbólicas, a midiática do social – se limitada à ação tecnológica, encontra certa correspondência, mas, sobretudo, incompletudes para se firmar como a única referência das ações sociais e coletivas do caso analisado. Isto por que, por um lado, “[...] a historicidade do social é mais profunda do que aquilo que nossos instrumentos teóricos permitem pensar e nossas estratégias políticas permitem encaminhar”. (LACLAU, 1981 p. 59) Por outro, há uma complexidade ativada por diversas práticas sociais, seja por sujeitos ou por instituições, através das tradições enraizadas nos modos de vida, na memória, no imaginário social, ou a partir dos pertencimentos religiosos e culturais,

das disputas e das relações de poder estruturadas historicamente, sobretudo anteriores aos processos tecnológicos de comunicação.

Para os militantes entrevistados, é consenso que a constituição do MST é resultante das condições políticas e econômicas, mas, sobretudo, das marchas, romarias e demais mobilizações públicas. No dia 25 de julho de 1981, dia do trabalhador rural, mais de 30 mil pessoas, provindas de diversos Estados, reuniram-se no acampamento “Encruzilhada Natalino” e, para Alceu,<sup>5</sup> “[...] foi neste grande evento que o MST começou a crescer como um movimento nacional [...]. A mídia burguesa ficou de olho, porque sabia da nossa organização com a Igreja e com o povo”.

A mediação dos sentidos da luta pela terra manifestava-se através dos pronunciamentos públicos, panfletos, cartazes, faixas, bandeiras, canções, palavras de ordem e em outras formas de comunicação, as quais embalavam, davam o tom e o ritmo às primeiras marchas, que, para Adelar, militante desde a fundação do MST, eram popularmente chamadas de “romarias”: “[...] a nossa primeira forma de chamar a atenção eram as marchas. Mas a gente fazia a romaria, por que isso é da história da igreja, que estava com a gente desde o início.” As romarias, modo de mobilização mais comum na década de 1990, desempenharam um duplo papel ou forma de mediação cultural: de manifestação religiosa e profética, como de contestação e de enfrentamento político, pois ao mesmo tempo sustentavam e garantiam a força integradora interna, através das orações, celebrações e cantigas e que se articulavam com a necessidade de negociação com os diversos poderes e esferas do Estado e da sociedade civil.

Nas romarias, as práticas comunicacionais – mediadas sob forma da oralidade, no grito das palavras de ordem, nas rezas e nos cantos entoados que ecoavam das vozes vivas e enfileiradas – fortaleciam as longas e penosas caminhadas, como a própria coesão política do grupo: “[...] a questão

---

5 Para manter a privacidade dos informantes, daqui em diante, todos serão identificados por um codinome.

da terra sempre foi um pouco religiosa, que mexe com a fé e a emoção das pessoas e que dava ânimo pra gente seguir em frente”, destaca o militante. Percebemos que a informação oral, cantada e rezada apresenta-se mais do que um signo, pois fornece os conteúdos que alimentava o substrato de onde vinha e vêm a sua força: a tradição aliada às crenças religiosas é responsável pela mediação dos sentidos que construíram as bases da ideologia transformadora, fortalecendo os projetos comunitários e coletivos do MST. Atualmente, as grandes mobilizações são chamadas de “marcha”, a qual ainda incorpora o ritual, as gestualidades e a mística das romarias. Em alguns Estados, o MST participa da Romaria da Terra, evento religioso realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), por sindicatos e demais movimentos camponeses.<sup>6</sup>

Adelar diz não recordar sobre alguma cobertura televisiva da mídia comercial durante o principal encontro realizado em 1981, mas apenas entrevistas para rádios locais, que aos poucos foram revelando ao Brasil os rumos das conquistas e manifestações: “[...] tinha um pessoal que fazia umas filmagens, mas eram nossos companheiros [...]. As rádios falavam de nós todos os dias. Um falavam bem e outras mal”.

Imbricados às formas de visibilidade tradicionais, como as marchas e romarias, a relação do MST com os meios de comunicação comerciais sempre ocorreu sob múltiplas tensões, quer seja por esses meios expressarem a visão da classe economicamente dominante, quer pela forma descontextualizada como eram e são veiculadas as notícias sobre as suas ações. Não raro, ainda hoje, perpetuam-se visões ideologizadas sobre o MST, que dizem respeito às significações construídas pela ação hegemônica da comunicação comercial – rádio, televisão, jornal e internet –, que difundem e fazem circular informações sobre os assentados associadas

---

<sup>6</sup> Strapazon (1997) aprofunda melhor sobre a relação e a ruptura entre os termos “romaria e marcha”. Segundo o autor, este fato se deve ao encaminhamento mais político, ideológico e laico, do que religioso ou cristão das decisões e formas de manifestação assumidas pelo MST no decorrer da história, sobretudo após o primeiro congresso nacional, realizado no mês de janeiro de 1985, na cidade de Curitiba (PR).

aos sentidos de “invasores”, “depredadores” e “destruidores”. Esta modalidade de mediação social se constitui a chave hermenêutica para compreender como se constroem os sentimentos que rejeitam as ações vinculadas ao MST, dos quais derivam o temor, o horror e o ódio, que perpetuam e fortalecem o estigma da exclusão social: “[...] Eu tenho vontade de nem ter televisão em casa, porque ela sempre ataca a gente, só falando coisa negativa, que deixa a gente mais marginalizado ainda”, pontua Luiz, agricultor assentado em Santa Catarina.

O processo de mediação social é complexo e nem sempre é claro ou compreendido pelos atores sociais, sobretudo enquanto imbricações do midiático massivo e do comunicacional com as demais formas tradicionais de mediação e de mobilização. Embora a presença de sentidos mediados na construção da rede simbólica a respeito da questão agrária tenha relativa centralidade, para os líderes do MST entrevistados, as estratégias de comunicação são importantes, mas não se constituem o centro das suas ações: “[...] a gente investe na comunicação, mas ela não é central”, enfatiza Alceu. No entanto, ao ser questionado sobre qual é a sua definição de comunicação, percebe-se que a mesma se refere aos investimentos realizados em tecnologias, como o jornal, o rádio, a revista e o site. Já os debates interpessoais e coletivos, como as demais formas de acesso ou de apropriação informacional, são compreendidos à parte, enquanto prática comunicacional atuante e indispensável.

Essa percepção nos permite analisar a questão agrária como um problema mediado por distintas práticas sociocomunicacionais e não, necessariamente, como um fenômeno resultante apenas de suportes tecnológicos e/ou midiáticos. Assim, a noção de mediação social é ampliada aos processos comunicacionais, que se expressam através das relações intersubjetivas, interpessoais, coletivas, as quais permeiam a construção da subjetividade, seja religiosa ou cultural, que se fundamentam no campo da linguagem, da argumentação pública e da apropriação e ressignificação informacional.

Para os próprios militantes, a compreensão fragmentada da mediação social é o problema atual enfrentado pelo MST. Para outra liderança nacional, a não compreensão de que a reforma agrária é resultante de uma ação comunicacional mais complexa – histórica, interpessoal, informacional e midiática –, impossibilita as ações coletivas mais amplas. Essa visão tem levado o MST a uma posição de contra-ataque, sobretudo quando a questão é a disputa de sentidos que se trava a partir de algum acontecimento ou fato que lhe afeta diretamente:

*[...] a ocupação da Cutrale<sup>7</sup> foi uma vitória política pra nós e a grande mídia deu uma grande cobertura. Mas se formos ver a opinião da população não foi tão boa assim, porque eles assistiram uma pequena parte [...], só a gente derrubando os pés de laranja. Parece que a gente saiu ganhando e depois eles viraram o jogo [...]. Talvez, faltou de nossa parte essa comunicação mais diversificada com a sociedade para esclarecer as coisas. (Adílio, militante do MST em São Paulo)*

Nesse depoimento, observa-se que o MST considera crucial a visibilidade pública e midiática de suas ações. É através das práticas comunicacionais que se estabelece o diálogo com a sociedade e se obtém a legitimidade pública de suas estratégias, sem a qual é impossível o agendamento das reivindicações, bem como a possível deliberação por parte do Estado. Porém, percebe-se que a visibilidade ou qualificação das informações disponibilizadas ainda é refratária ao campo da mediação política: “[...] no caso da Cutrale, a gente não sabe se faltou mais formação política ou outro tipo, mais ideológica, para que o resultado daquela ação fosse melhor pra nós”, destaca João, outra liderança nacional do referido movimento.

A prática comunicacional do MST é, também, marcada pela instrumentalidade tecnológica, em que a comunicação se sujeita a alguma estratégia política; operando como um espaço mediador, de resposta ou de

---

7 A Cutrale é a multinacional produtora de suco de laranja, que explora as terras da Fazenda Santo Henrique (vulgo Fazenda Capim) em Borebi, região de Bauru (SP), a 325 km de São Paulo (SP). A fazenda possui mais de 2,7 mil hectares e, de acordo com o MST, é explorada ilegalmente, pois área faz parte do chamado Núcleo Monções, um complexo de 30 mil hectares divididos em várias fazendas e de posse legal da União.



“salva-vidas” de algum projeto político-ideológico. Essa problemática também é levantada por Altair, outra liderança do MST, o qual defende a necessidade de maior investimento em um “projeto comunicacional”, tendo em vista que a reforma agrária somente se efetiva a partir da expressão visível na esfera pública:

*[...] nas reuniões de coordenação eu sempre levanto essa questão da comunicação para a gente conseguir as reivindicações. Tem companheiro que reclama que faltou mobilização, que foi pouca gente e tal. Mas eu questiono: mas eles foram bem informados disso? Se a gente quer fazer uma marcha ou alguma outra intervenção é preciso chegar até o povo [...], melhorar o nosso projeto de comunicação.*

Para a maioria das lideranças do MST entrevistadas, o momento atual é também de enfrentamento com as novas demandas comunicacionais. Ou, antes disso, há indícios de reconhecimento por parte dessas lideranças de que a gênese do espaço público moderno – e até mesmo de um imaginário político contemporâneo –, está cada vez mais articulado com a visibilidade das questões debatidas e com a intervenção possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação. Além disso, atualmente uma das características centrais dos movimentos sociais é a criação de processos midiáticos alternativos cujo fim não é apenas afetar as ações do Estado, mas de visibilizar para a sociedade o agendamento de suas pautas e visões de mundo.

Por esse caminho, a necessidade de agendamento estatal e social da questão agrária também se entrecruza com a convergência de inúmeros processos midiáticos. Para João, a estrutura midiática do MST – rádios, sites, revistas, audiovisual, jornais, boletins, dentre outros –, é parte integrante das demais frentes que conduzem as ações de luta pela terra. Um fato importante a ser destacado é a longa experiência do Jornal Sem Terra, que em 2011 comemorou o seu 30º aniversário. Luiz, militante do MST, relatou que: “[...] o Jornal Sem Terra foi um dos instrumentos de diálogo com a sociedade e com o Estado [...]. O jornal é a nossa comunicação com Brasília, com outras instituições e com a nossa base militante”.

O aprimoramento desta prática tecnológica foi – e continua sendo – indispensável para obtenção da visibilidade e legitimidade do MST no jogo de disputa com as instâncias políticas e deliberativas sobre a questão agrária.

As consideráveis conquistas que se somam no histórico de lutas do MST são, para Luiz, resultado de uma persistente combinação da pressão social e formas de comunicação e de negociação com as autoridades do Estado: “[...] o movimento cresceu muito porque sempre soube pressionar e comunicar as conquistas. Tem vezes que a coisa é mais pressão, barulho e mobilização”. Não se pode desconsiderar, que o agendamento da questão agrária, segundo os militantes, é um enfrentamento permanente que se faz com o Estado, o qual também é aparelhado por grupos classistas contrários à democratização da terra, como os ruralistas e empresas multinacionais, as quais atuam no ramo da monocultura e da exploração mecanizada de recursos naturais em grande escala.

Nesse cenário, o maior problema apontado pelos militantes é o fechamento de espaços comunicativos e o controle de informações relevantes, tanto por parte do Estado, quanto pelos grupos empresariais que controlam os meios comerciais de comunicação.<sup>8</sup> Na mesma medida, as informações que circulam sobre o MST nesses grandes grupos de comunicação, por exemplo, dificultam a conquista do apoio de certos segmentos sociais, pois, para os militantes, a visão estereotipada do MST criada por tais grupos ergue barreiras enormes, impossibilitando o diálogo aberto, como a comunicação dos fatos à sociedade de modo histórico, e contextualizado.

Essa tensão é nutrida pelos processos de midiaticização das informações enquanto prática de um sistema de códigos, de signos que alimentam lógicas e semânticas próprias criadas pelo mundo sistêmico (Estado e mercado), os quais cerceiam o acesso das demandas ou vozes oriundas da sociedade civil. Essa problemática comunicacional, discutida de modo

---

8 Os grupos de comunicação mais citados pelos entrevistados são: Rede Globo, Grupo Bandeirantes, Editora Abril e os jornais O Estadão e Folha de São Paulo.

amplo por Habermas (1997, p. 65), compromete não apenas as organizações sociais, mas o desenvolvimento do próprio sistema político, “[...] o qual se fecha autorreferencialmente em relação a seus ambientes circundantes.” Neste aspecto, os processos de mediação social também se atualizam e se alimentam na lógica dos “campos em confronto”, temática perfeitamente elucidada por Christa Berger (1998).

A produção e o acesso à informação despontam, assim, como um locus central de disputa da questão agrária. Isto se manifesta, segundo Altair, a partir do seguinte questionamento: “[...] como fazer o debate se as informações são cada vez mais controladas pelo Estado e pelos ruralistas?”. Na tentativa de responder a esse problema, o MST – valendo-se das diversas estratégias comunicacionais, entre as quais a midiática, sobretudo da internet –, também produz e faz circular informações que não encontram espaço ou acolhida nos grandes grupos de mídia.

Nesse ambiente, a produção de informação alternativa e mais horizontal modifica o cenário comunicacional e, por conseguinte, as estruturas de poder institucionalizadas pela hegemonia dos grupos comunicacionais dominantes que não propiciam o agendamento e as deliberações necessárias à reforma agrária. A importância de se travar a disputa no campo da informação é recorrente no depoimento dos militantes do MST. Para Alceu, “[...] é importante a criação de espaços alternativos de debate para divulgarmos a nossa opinião e para refletirmos sobre os problemas que a sociedade enfrenta”. Torna-se, assim, indispensável uma abordagem mais detalhada sobre a centralidade mediadora que a informação ocupa na disputa entre os atores em torno da questão agrária.

#### *A mediação social da informação e a visibilidade da questão agrária*

Como vimos discutindo, a questão agrária é um desafio político, econômico e social, composto por um conjunto complexo de leis e de interesses cada vez mais atravessado pelos fluxos das redes comunicativas e informacionais, sejam elas tecnológicas ou sociocomunicacionais. (GOMES,

2004) Isto é um indicador de que o pressuposto para a necessária reforma agrária está cada vez mais interligado ao acesso as informações confiáveis e de qualidade, as quais também se caracterizam como matéria prima para o debate público.

Wilson Gomes (2004, p. 112) ressalta que vivemos, atualmente, em “[...] sociedades de fluxo contínuo, intenso, acelerado e multidirecional de informação política”. Essa teorização se expressa no depoimento de Moisés, assentado e um dos fundadores do MST: “[...] quando ocupamos as primeiras fazendas em 1982 a pior dificuldade era saber o que se passava nas negociações lá na cidade [...]. Agora já tá mais tranquilo, porque sempre tem alguém com o celular ou com um rádio por perto”. A superação das tensões e dos conflitos sociais, bem como a necessidade de visibilidade pública dos mesmos, associa-se à oferta e ao maior acesso à informação qualificada. A sua crescente produção e acelerada velocidade de circulação em diversos meios e suportes que facilitam os processos de tomada de decisão.

Para Altair, agricultor assentado em Santa Catarina, considerado outra liderança do MST: “[...] se o companheiro não está bem informado, nem adianta ir debater com as autoridades durante as negociações [...]. As nossas conquistas sempre estiveram ao lado da disputa do debate [...], da informação”. Conforme o militante, a disputa por informação é central nos momentos de negociação com o Estado: “[...] no mês passado, tivemos audiência com o superintendente do Incra. Nós cobramos mais clareza nas informações sobre as desapropriações que não saem do papel”. Esta declaração associa-se ao fato de que a informação também se constitui como um “[...] recurso político indispensável do Estado para a condução do processo político dentro de uma certa normalidade em termos democráticos”. (ESTEVES, 2003, p. 178)

Nesse sentido, as afetações decorrentes da mediatização social também poderão funcionar como dispositivos que possibilitam visibilidade, ao mesmo tempo em que ajudam a exercer a conduta ética, o controle e

a vigilância do mundo simbólico e, na mesma medida, do poder político.  
Ou seja,

*[...] muitas vezes o MST está sob a mira da mídia burguesa, que para nós é um aparelho do Estado [...]. Quando ele [Estado] quer nos criminalizar, ele chama a mídia e diz o que fazer, porque, hoje em dia, a mídia está em todo o lugar, assim, todo mundo parece que está controlado por ela. (Adílio)*

Não é novidade que as bases constituintes de qualquer formação do poder estatal sempre estiveram interligadas ou dependentes de processos de produção, armazenamento e de controle da informação, os quais são utilizados para gerir ou reordenar as manifestações sociais dissonantes. Ou, em outras palavras, “[...] a vigilância – controle da informação e superintendência das atividades de determinados grupos sociais por outro – é a chave da expansão dos recursos autoritários do Estado”. (ESTEVES, 2003, p. 178) Enquanto espaço ativo – que produz sentidos e constitui a sociabilidade contemporânea não apenas de modo instrumental – os processos de mediação social são cada vez mais responsáveis pela abertura de novas interlocuções e interrelações entre o Estado e as mobilizações sociais.

Conforme relata Altair, muitas das formas de mobilização são refratárias às oportunidades ou às brechas informacionais advindas do Estado: “[...] a gente avança conforme vamos descobrindo e desmascarando as estratégias deles [Estado]. Algumas ocupações a gente decidiu depois de receber informações que escaparam do controle”. Da mesma forma, continua Altair, “[...] a comunicação com eles [Estado] é difícil, porque eles têm o controle. Eles tentam seduzir a gente dizendo: não ocupem essa fazenda por que vai ser politicamente ruim”. A fala de Altair revela que os efeitos da mediação social são capitais para a implantação do poder de Estado e, de um modo mais geral, “[...] para todo o trabalho de coordenação das estruturas sociais complexas, ao proporcionar níveis mais aceitáveis de coesão e de homogeneidade.” (ESTEVES, 2003, p. 178)

Na tentativa de transformar esse cenário, a informação se institui como um direito necessário para aqueles que lutam pela conquista da terra. Para tanto, o direito à informação deve ser pensando na perspectiva de “[...] fornecer informações em quantidade e qualidade para o melhor julgamento de cada um”. (GENTILLI, 2005, p. 130) Para os militantes, a informação – tanto em aspectos quantitativos quanto qualitativos – é indispensável para o conhecimento de como funcionam e se estruturam as estratégias ofensivas do Estado, bem como as oportunidades políticas por ele disponibilizadas: “[...] na luta pela terra, a gente sempre precisa saber dos programas de financiamento que o Estado oferece, mas o camarada precisa ficar esperto pra ver se é coisa boa ou se é mais outra enganação, de endividamento ou de promessa”. (Sebastião, agricultor assentado em Santa Catarina) Esse agricultor também salienta que apenas a quantidade de informação não contribui para a resolução das demandas da questão agrária: “[...] quando a gente se encontra com os técnicos da cooperativa, eles sempre falam que tem isso ou aquilo à disposição, mas não adianta. Eles precisam organizar os assentados pra gente debater sobre tudo isso”.

Desse modo, identifica-se que os conteúdos informativos são carregados de sentidos e indicam possibilidades de transformação social, mas que não podem ficar restritos à transferência (FREIRE, 2006), mas, sobretudo, ao acesso, à participação e à qualidade da informação. Nessa perspectiva, a apropriação das informações possibilita a construção e articulação dos argumentos para o debate e para a visibilidade pública, dinamizado a partir dos processos comunicacionais que ampliam a participação e a mobilização popular e comunitária dos militantes, como dos acampados e dos assentados. Para Altair, esta questão também implica a problematização da promessa de progresso e de liberdade trazida pelas tecnologias:

*[...] este problema [questão agrária] não vai ser resolvido só pelas informações que a gente divulga ou recebe. Isso depende se elas chegam na nossa base, nas periferias. As elites dizem que as tecnologias estão nas mãos de todos [...]. Não é*

*bem assim, porque a informação sobre os direitos ou sobre as leis, nunca sai pro limpo tão fácil.*

Indispensável recordar, que os problemas sociais, como a própria questão agrária, também são marcados pela promessa tecnológica, que permitiria a todos participar com igualdade dos diferentes meios informacionais proporcionados pela sociedade capitalista. (SARLO, 1998) Esses ruídos na acessibilidade ou na produção informacional demonstram o modo assimétrico e complexo das mediações, as quais se apresentam de modo central na constituição dos sentidos que orientam a luta pelo poder. Além disso, contribuem para o distanciamento e disputa entre o Estado e a sociedade, pois dificultam a tomada de decisão coletiva, seja no âmbito comunitário ou em outros espaços mais amplos da cena política.

Neste sentido, ativa-se um processo de midiática social via retração informacional operado pelas elites e pelo Estado, o que para Habermas (1997) proporciona a anulação da autonomia ou da ação dos diferentes atores sociais, tendo em vista a garantia da sua coesão e controle. Para os agricultores assentados, conforme relata Altair,

*[...] o engajamento aqui nos assentamentos é muito atacado pelos políticos [...], que são também os empresários da cidade [...], pela rádio da cidade. Quando a gente se mobiliza, aí eles vêm dizer que estamos sendo radicais, que não queremos dialogar, ou que só queremos a baderna.*

Os assentados enfatizam que, diante da dificuldade de acesso às informações para a promoção de serviços públicos, outras formas de mobilização alternativas são construídas: “[...] é sempre essa briga com o Estado para conseguirmos as coisas para o assentamento. Enquanto eles fecham uma porta, a gente briga e tenta abrir outras”, diz Altair. Nesse processo de negociação com o Estado, os processos comunicacionais e midiáticos ganham centralidade e atenção redobrada, alterando ou mesclando, assim, o curso das antigas práticas comunicacionais com as formas de mobilização e de ataque às ofensivas repressoras dos poderes constituídos.

## CONCLUSÕES

Ao longo desta pesquisa participante, percebemos que os processos interativos, nos quais se operacionaliza a mediação social das alianças e das novas negociações do MST com as igrejas Católica e Protestante – sua base fundadora –, não conseguiram apagar os princípios e valores da cultura ou da fé cristã, subjetivados internamente pelos sujeitos que participam das diversas práticas midiáticas e comunicacionais. A esperança e a crença na igualdade e na justiça social continuam sendo alicerces que sustentam a tradição das marchas e das romarias na luta pela terra, onde a fé na construção de dias melhores permanece significativa no depoimento daqueles que dela participam.

Nesse cenário, as apropriações das tecnologias de informação e comunicação pelo movimento possibilitaram maior circulação informacional no âmbito social, potencializando uma comunicação dialógica mais rápida com a sociedade e com os demais espaços de luta pela reforma agrária. A atuação midiática e comunicacional do MST motiva-se pela necessidade de romper com os grilhões dos preconceitos e dos estereótipos que rondam o imaginário social, invólucro (película) sob os quais o movimento foi e continua sendo maculado e difundido amplamente pelos grupos de comunicação comerciais.

Nesse contexto, a midiatização social se constitui uma nova forma de afetação nos modos, práticas e valores dos sujeitos e coletivos sociais responsáveis pela construção da realidade. Ela passa a afetar e a complementar as práticas comunicacionais e informacionais que servem de fundamento para a tomada de decisões e ação política da questão agrária contemporânea. De modo complexo e em construção, a midiatização social põe em curso novos fluxos informacionais e comunicacionais, reordenando as experiências, saberes enraizados nas referências historicamente construídas, como também novas instabilidades, alternativas e potencialidades para as diversas formas coletivas, que produzem novos modos de



mediação social e de visibilidade dos conflitos simbólicos acerca da questão agrária.

Em síntese, a questão agrária como fenômeno sociocomunicacional não pode ser mais observada como um resultado das ações internas e externas dos atores sociais, tampouco, como uma consequência direta do processo de midiaticização estritamente tecnológica. É um fenômeno difuso, que, ao ser produzido por sujeitos, esses também são afetados pela sua própria produção, criando uma nova “ambiência ou bios”, sobretudo a partir das brechas e das incompletudes dos conteúdos, das práticas e dos sentidos midiáticos por eles apropriados e, então, ressignificados. Em outras palavras, estamos diante de um fenômeno em movimento, em que as práticas comunicativas operam pelo seu caráter sociotécnico complementar com os demais processos de mediação social, que constituem e orientam os rumos da questão agrária contemporânea.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertreand Brasil, 1998.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica Midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza, 2009.
- CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- D'ÁVILA, Cristina. *Decifra-me ou te devoro: o que pode o professor frente ao manual escolar?* 410 f. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. Disponível em: <[http://www.obdalia.pro.br/tese\\_cristina.pdf](http://www.obdalia.pro.br/tese_cristina.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2008.
- ESTEVES, João Pissarras. *Espaço público e democracia: comunicação, processos de sentido e identidades sociais*: São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- FAUSTO NETO, Antonio. *Midiaticização, prática social – prática de sentido*.

In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 15., 2006. Bauru, SP. *Anais...* Bauru, SP: Compós, 2006. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. et al. (Org.). *Midiatização e processos sociais na América Latina*. São Paulo: Paulus, 2008.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa; In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

FREIRE, PAULO. *Extensão ou comunicação*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 51.ed. São Paulo: Global, 2006.

GENTILI, Victor. *Reforma de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito à informação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era de comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Pedro Gilberto. *A filosofia e a ética da comunicação na midiatização da sociedade*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2006.

\_\_\_\_\_. O processo de midiatização da sociedade e sua incidência em determinadas práticas sociossimbólicas na contemporaneidade. A relação mídia e religião. In: FAUSTO NETO, Antonio et al. (Org.). *Midiatização e processos sociais na América Latina*. São Paulo: Paulus, 2008.

GÖRGEN, Sergio Antonio. *Marcha ao coração do latifúndio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LACLAU, Ernest. Teorias marxistas del estado: debates y perspectivas. In: Lechner, Norberto (Ed.). *Estado y Política en America Latina*. México: Siglo XXI, 1981.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Superciber: a civilização místico-tecnológica do século 21*. São Paulo: NTC-ECA-USP, 1997.

MARTIN-BARBEIRO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Razón técnica y razón política: espacios / tiempos no pensados. *Revista Latino America de Comunicación*. São Paulo, v. 1, n. 1, dez. 2005.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 17, jun. 1989.

- PAIVA, Raquel; BARBALHO, A (Org.). *Comunicação e cultura da minoria*. São Paulo: Paulus, 2005.
- PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Da observação participante à pesquisa-ação no campo comunicacional: Pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina (Org.). *Pensamento comunicacional Latino-Americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*. São Paulo: Ed. Umesp, 2004.
- RODRIGUES, Adriano. *Experiência, modernidade e campo dos media*. 1999. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- SARLO, Beatriz. *Escenas de la vida posmoderna*. Buenos Aires: Ariel, 1998.
- SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SCOTT, Lasch. *Crítica de la información*. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. *Matrizes – Revista do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 15-26, jul./dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Dênis de. (Org.). *Sociedade midiatizada*. Rio de Janeiro: Maud, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- STRAPAZZON, João Paulo. *E o verbo se fez terra*. Chapecó (SC): Grifos, 1997.
- VERÓN, Eliseo. Esquema para el analisis de la mediatización. *Revista Diálogos de la Comunicación*. Lima, n. 48, p. 9-17, 1997.
- VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- VIZER, Eduardo Andrés. Midiatização e (trans) subjetividade na cultura tecnológica. A dupla face da sociedade midiatizada. In: FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto; BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo. *Midiatização e processos sociais na América Latina*. São Paulo: Paulus, 2008.